



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Informe Greve na Telemont – 6º dia

SINTTEL·ES

SINDICATO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM TELECOMUNICAÇÃO NO ES

Informe Greve Telemont

6º dia da Greve 30/11/2016

Trabalhadores na Telemont permanecem mobilizados

Dia 12, às 14 h haverá audiência no processo de dissídio de greve

Os trabalhadores da Telemont, em greve há 6 dias, reunidos no final da tarde desta quarta, 30, na portaria da empresa decidiram continuar mobilizados. É que foi marcada a audiência no processo de Dissídio de Greve que a Telemont propôs na Justiça do Trabalho, acusando o Sinttel de enganar os trabalhadores, pedindo a abusividade do movimento e multa de 100 mil por dia contra o Sindicato. A empresa já perdeu uma liminar nesse processo. Ela queria que a Justiça impedisse a greve de começar. Mas se deu mal.

Até o dia 12/12, o Sinttel continuará mobilizando todos os trabalhadores em cada base e, se for necessária, a greve volta a se concentrar na Serra. O objetivo é resistir até o resultado da audiência como aconteceu em diversos locais no norte e sul do Estado e na Grande Vitória. "Se não houver avanços, já estaremos de greve", disse o diretor do Sinttel Alessandro Mamedi.

**AUDIÊNCIA NO
PROCESSO DE DISSÍDIO
DE GREVE SERÁ ÀS 14h,
DO DIA 12 DE DEZEMBRO,
NO TRT/ES.
NESTE DIA HAVERÁ
CONCENTRAÇÃO EM
FRENTE AO TRIBUNAL**

Por mês, os 600 técnicos, empregados explorados pela Telemont, executam em todo o estado cerca de 30 mil reparos em Velox, LA, TUP e TV. E cerca de 10 mil instalações de Velox, LA, TUP e TV. A greve nos últimos dias afetou a produtividade da empresa. Clientes da operadora Oi ficaram sem atendimento.

A greve, neste sexto dia, se concentrou na Serra, na sede da empresa em Jardim Limoeiro. O grupo de técnicos manteve a determinação e passou o dia debaixo de chuva. No final da manhã e durante a tarde a Rodovia Norte Sul, sentido Vitória, foi bloqueada diversas vezes, por curtos períodos. O objetivo é mostrar a população que a Telemont não vem reajustando os salários e nem cumprindo as Convenções Coletivas de 2015 e 2016.

Leia matéria e fotos no site: www.sinttel-es.org.brCurta nossa página no [Facebook/Sinttel-ES](https://www.facebook.com/Sinttel-ES)**PERMANEÇAM MOBILIZADOS E UNIDOS****CONFIE NO SEU SINDICATO. A TELEMONT MENTE!**

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Veja as fotos:





30/11/2016 - Telesíntese

“Congresso virou as costas para o desenvolvimento do país”, diz SBPC

O Senado aprovou na noite desta terça-feira a PEC 55, que limita o aumento dos gastos públicos à inflação, em primeira instância. Na mesma noite, a Câmara desfigurou as 10 medidas do pacote anticorrupção.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgou nota nesta quarta-feira, 30, na qual critica duramente os recentes acontecimentos no Congresso Federal. A entidade se posiciona contrária à PEC 55, que limita a evolução dos gastos públicos à inflação pelas próximas duas décadas, ressaltando que a medida trará prejuízo ao desenvolvimento da ciência e da educação.

“Apesar de todos os esforços da comunidade acadêmica, científica, tecnológica e de inovação, o Congresso virou as costas para o desenvolvimento do país”, resumiu a presidente da SBPC, Helena Nader.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, foi aprovada em primeiro turno no Senado Federal com 61 votos a favor, 14 contra. Na mesma noite, a Câmara aprovou o projeto que cria as 10 medidas anticorrupção, mas excluiu pontos-chave do texto, mantendo apenas duas medidas com a versão original. A SBPC considera gravíssima tais decisões.

“As últimas decisões do Congresso Nacional impactarão negativamente, por um longo tempo, o futuro do país, comprometendo educação e CT&I”, declara a presidente da entidade. Nader se reuniu inúmeras vezes com representantes políticos nos últimos meses na tentativa de evitar a aprovação da PEC 55.

Segundo ela, os parlamentares tomaram uma decisão sem levar em conta a opinião pública. “Primeiro foi a Câmara. Agora o Senado, em primeira instância, que virou as costas para o povo brasileiro. Uma mudança desse porte na Constituição teria que ter uma constituinte, porque isso altera para sempre



o futuro do país”, reitera.

Segundo ela, o congelamento das despesas pelos próximos 20 anos vai na contramão do que todos os países que hoje estão entre os mais desenvolvidos do mundo colocaram em prática nos momentos de crise. “A Coreia, em 1999, no meio de uma crise econômica semelhante à brasileira, fez um estudo com várias alternativas e

viu que a única solução de longo prazo para sair da crise era investindo em CT&I, além da educação. Hoje é um dos países cuja economia mais cresce no mundo. Educação, ciência, tecnologia e inovação são investimentos, não são gastos”, afirma. A votação em segundo turno da PEC do Teto de Gastos está programada para 13 de dezembro.

Investimentos em Ciência

O projeto de lei orçamentária de 2017 prevê gastos menores para o programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, tocado pelo MCTIC. Enquanto em 2015 a iniciativa teve empenhando R\$ 4,2 bilhões, para o ano que vem prevê-se não mais que R\$ 3,5 bilhões. Essa redução preocupa o setor acadêmico e de empresas inovadoras, que foram à Câmara ontem pedir revisão da rubrica no PLOA 2017, o projeto que deverá ser convertido na lei orçamentária.

Ao todo, 19 entidades, entre as quais a SBPC e a Anprotec, entregaram uma carta cobrando que os valores obtidos com a repatriação de dinheiro guardado ilegalmente no exterior por brasileiros seja usado para ampliar o investimento no programa 2021.

30/11/2016 - Telesíntese

Crescem reclamações na Anatel sobre serviços de telefonia móvel

Agência registra queda 3,4% na quantidade total de reclamações entre janeiro e outubro. A telefonia móvel passou a responder por quase metade dos registros recebidos, seguida pela telefonia fixa, banda larga fixa e TV por assinatura.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou nesta quarta-feira, 30, dados sobre a quantidade de reclamações de usuários de serviços de telecomunicações recebidas até outubro. E constatou que houve aumento de reclamações sobre a telefonia móvel.

Do total das reclamações recebidas, houve um aumento de 3,4% nas dirigidas aos serviços móveis. Significa 50,7 mil queixas a mais sobre as empresas celulares. As principais reclamações foram por cobrança indevida em linhas pós-pagas, segmento em crescimento no país. O celular foi o foi o único segmento em que a agência foi mais acionada este ano. Em todos os demais (banda larga fixa, telefonia fixa e TV paga) aconteceu uma diminuição.

Total

O total de reclamações dos consumidores registradas atingiu 3,3 milhões entre janeiro e outubro deste ano. O número representa queda de 3,4% em relação ao mesmo período de 2015, quando somaram 3,4 milhões.

As reclamações sobre serviços que não sejam móveis caíram. A maior diminuição ocorreu na TV por assinatura: retração de 11,5%, ou 56,8 mil reclamações a menos. Seguida pela



banda larga fixa (redução de 8,4%, menos 45,1 mil queixas); e telefonia fixa (queda de 7,7% nas reclamações, 67,4 mil registros a menos que no ano passado).

Empresas

Na telefonia móvel, a Tim apresentou maior aumento relativo nas reclamações: mais 17,9% de janeiro a outubro de 2016, em comparação com o mesmo período do ano passado. Em segundo lugar veio a Vivo, com aumento de 4,9%. As demais operadoras apresentaram redução. A quantidade de contatos reclamando da Claro diminuiu 6,7%; da Nextel, 4,4%; e da Oi, 4,2%.

Na TV por assinatura, somente as reclamações contra a Sky caíram (-32,6%). Nas outras houve aumento, sendo o maior de 71,9% registrado na Vivo, seguida pelo Grupo NET/Claro com 15,8% e Oi com 8,4%.

Na banda larga fixa, houve aumento de 30,2% nas reclamações sobre a Vivo e de redução de 14,2 sobre a Oi. Claro (Net) apresentou redução de 13,3%. Na telefonia fixa, Claro (Net) reduziu em 17,8% as reclamações, seguida pela Oi com menos 9,3%. No entanto, a Vivo apresentou aumento de 32,2% de janeiro a outubro de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015.

30/11/2016 - Telesíntese

PIB cai pela 7ª vez seguida. Serviço de informação é o único a crescer

PIB cai 0,8% em relação ao segundo trimestre do ano. O segmento de serviços reduziu 0,6%, e os serviços de informação foram os únicos com resultado positivo, de 0,5%. Os investimentos produtivos também estão em queda acentuada: -3,5% no 3º tri, e -13,5% no acumulado dos últimos 4 trimestres.



O IBGE divulgou hoje, 30, o resultado trimestral do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que apresenta a sétima queda seguida, trimestre a trimestre. Caiu 0,8% na comparação contra o segundo trimestre de 2016, na série com ajuste sazonal. É a sétima queda seguida.

Frente a igual período de 2015, houve contração do PIB (-2,9%) pela 10ª vez consecutiva. No acumulado dos quatro trimestres, o PIB registrou queda de 4,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, sétimo resultado negativo seguido. Já no resultado acumulado do ano até o mês de setembro, o PIB apresentou recuo de 4,0% em relação a igual período de 2015, a maior queda para este período desde o início da série em 1996.

Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2016 alcançou R\$ 1,580 trilhão, sendo R\$ 1,371 trilhão referente

ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 209,3 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Investimentos

A formação bruta de capital fixo (FBCF) sofreu contração de 3,1% no terceiro trimestre de 2016, a 10ª consecutiva. Esse indicador aponta para o investimento produtivo. E o recuo é justificado pela queda das importações e da produção interna de bens de capital.

No trimestre, a agropecuária recuou 1,4%; a indústria, 1,3% e os serviços, 0,6%. No segmento de serviços, somente os de informação apresentaram resultado positivo, de 0,5%. Os demais serviços apresentaram queda, como transporte, armazenagem e correios, com queda de 2,6%; e comércio, recuo de 0,5%.

28/11/2016 - RBA

Cinco estados concentram 65% do PIB; São Paulo perde participação

Estado passou de 35%, em 2002, para 32%. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também recuaram, enquanto Minas cresceu. Maior PIB per capita é do Distrito Federal. Dados ainda mostram concentração

Cinco estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná) concentravam 65% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2014. Mas, segundo o IBGE, outras unidades da federação têm crescido mais nos últimos anos e o estado mais rico, São Paulo, vem perdendo participação, passando de 34,9% do total, em 2002, para 32,2% em 2014.

Nesse período, as cinco primeiras posições ficaram inalteradas, com exceção de 2013, quando o Paraná ficou em quarto lugar. O Rio também recuou, de 12,4% para 11,6%, enquanto Minas cresceu de 8,3% para 8,9%. O Rio Grande do Sul passou de 6,6% para 6,2% e o Paraná, de 5,9% para 6%.

De acordo com o instituto, que divulgou hoje (28) as Contas Regionais, as maiores taxas de crescimento no período 2002/2014 foram registradas em Tocantins (113%), Mato Grosso (105,6%), Piauí (86,4%), Amapá (86,3%) e Rondônia (85,2%). De 2013 para 2014, estados com menor participação cresceram, casos de Tocantins, Piauí, Alagoas, Acre e Mato Grosso, enquanto Paraná (-1,5%), São Paulo (-1,4%), Minas Gerais (-0,7%) e Rio Grande do Sul (-0,3%) registraram queda. Mas é um avanço pequeno: Tocantins, por exemplo, passou de 0,4% do PIB (2002) para 0,5% (2014).



Apesar dos resultados mais recentes, a economia brasileira ainda mostra concentração. A região Sudeste respondeu por 54,9% do PIB em 2014, ante 55,3% no ano anterior. O Sul passou de 16,5% para 16,4% e o Nordeste, de 13,6% para 13,9%. O Centro-Oeste foi de 9,1% para 9,4% e o Norte, de 5,5% para 5,3%.

O PIB de 2014 somou R\$ 5,78 trilhões. Entre as unidades da federação, o maior foi o de São Paulo (R\$ 1,86 trilhão), seguido de Rio de Janeiro (R\$ 671,08 bilhões), Minas Gerais (R\$ 516,63 bi) e Rio Grande do Sul (R\$ 357,82 bi). Os menores são da região Norte: Roraima (R\$ 9,74 bi), Amapá (R\$ 13,40 bi) e Acre (R\$ 13,46 bi).

Esses três estados continuam sendo os últimos em participação no PIB, com 0,2% cada, mesmo resultado de 2002.

Já o PIB per capita foi de R\$ 28.500,24 em 2014, com destaque para o Distrito Federal, com R\$ 69.216,80. Em seguida, vêm São Paulo (R\$ 42.197,87) e Rio de Janeiro (R\$ 40.767,26). Os seis menores, informa o IBGE, eram do Nordeste, região que concentra 20,4% da população e somente 9,7% do PIB: Maranhão (R\$ 11.216,37), Piauí (R\$ 11.808,08), Alagoas (R\$ 12.335,44), Paraíba (R\$ 13.422,42), Ceará (R\$ 14.255,05) e Bahia (R\$ 14.803,95).



01/12/2016 - RBA

McDonald's é denunciado por praticar publicidade infantil nas escolas

Ação civil pública da Defensoria de São Paulo diz que "Show do Ronald McDonald" é ação mercadológica simulada, para divulgar a marca da rede

A Defensoria Pública de São Paulo denunciou a rede de fast food McDonald's por praticar publicidade infantil em ambiente escolar. A ação civil pública contesta o "Show do Ronald McDonald" e avalia que evento realizado nas instituições de ensino se trata de uma ação mercadológica para divulgar a marca da rede.

A Defensoria analisou fotos publicadas nos sites e redes sociais das próprias escolas em que o evento foi realizado e julgou que as crianças estavam sendo expostas a ações de marketing travestida de ação educacional. Segundo o órgão, a marca da lanchonete era exibida "ostensivamente" durante as apresentações.

"Por certo, verifica-se que a mencionada atividade, com simulado conteúdo instrutivo destinado diretamente ao público

infantil praticada pela requerida, também pode se caracterizar como espécie de publicidade abusiva, conforme dispositivo do Código de Defesa do Consumidor", sustenta a ação. A Defensoria alude ainda, como evidência de que a ação do McDonald's tem caráter mercadológico, a divulgação do show no site da marca.

A ação assinada em novembro pelos defensores públicos Alvimar Virgílio de Almeida, Rodrigo Serra e Adriana Vinhas Bueno, requer a proibição e a suspensão imediata, por parte da empresa, da prática dentro das escolas e em espaços públicos. Na ação, é pedida também indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 1,8 milhão, o equivalente a 0,5% do capital social declarado da empresa.

30/11/2016 - Vermelho

Violência policial aproxima governo Temer da ditadura militar

A violência usada por forças policiais contra os manifestantes na tarde/noite desta terça-feira (29), em frente ao Congresso nacional, foi duramente criticada por parlamentares da oposição ao governo golpista de Michel Temer. E comparada às forças policiais usadas pela ditadura militar contra os manifestantes que, em abril de 1984, lutavam pelas Diretas Já! Os dois governos e os métodos são igualmente ilegítimos e representam uma violação ao estado democrático de direito.

Os métodos usados pela polícia de Temer foram comparados aos dos militares contra as manifestações das Diretas Já! Os métodos usados pela polícia de Temer foram comparados aos dos militares contra as manifestações das Diretas Já! "É algo perigoso o que está acontecendo nesse processo político. Nós estamos atentos para procurar saídas, mas não tem democracia sem povo e não tem governo que se sustente na democracia sem povo. Como esse governo é ilegítimo, só vejo uma

saída que é criar condições de eleições diretas já", avalia o líder do PCdoB na Câmara, deputado Daniel Almeida (BA).

"O único oxigênio para manter a democracia viva é devolver ao povo a decisão sobre a escolha do Presidente da República", enfatiza o parlamentar, novamente comparando as duas situações em que era negado ao povo brasileiro o direito de escolher o Presidente da República.

Cerca de 30 mil pessoas fizeram uma grande protesto contra a votação, no Congresso, da PEC 241/55, que congela os gastos públicos por 20 anos, e a Medida Provisória 746/2016, que desmonta o ensino médio brasileiro. As medidas antipopulares do governo golpista de Michel Temer são apontadas como a consolidação do golpe parlamentar que destituiu da Presidência da República a presidenta eleita Dilma Rousseff.

LEia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/290442-1>